

NOTAS SOBRE A DIMENSÃO CULTURAL NA OBRA DE CELSO FURTADO

Bruno Borja¹

RESUMO

Em sua totalidade, a formação da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado pode ser segmentada em três grandes momentos: o primeiro, seu período de gênese, de 1945 a 1964; o segundo, de 1964 a 1974, de maturidade e ampla difusão de sua formulação teórica, também sujeita a uma revisão crítica; e o terceiro, de 1974 a 1989, quando há uma reformulação. Neste processo histórico de evolução de seu pensamento, Furtado busca novas fontes e amplia sua perspectiva de análise abarcando com isso a dimensão cultural, em especial através dos conceitos de: sistema de cultura; modernização e dependência cultural; acesso indireto à civilização industrial; e desenvolvimento endógeno.

PALAVRAS-CHAVE: Celso Furtado; Teoria do Subdesenvolvimento; Cultura.

ABSTRACT

In its entirety, the formation of the Theory of Underdevelopment by Celso Furtado can be segmented into three major phases: the first period of its genesis, from 1945 to 1964, the second from 1964 to 1974, the maturity and wide dissemination of its theoretical formulation, also subject to a critical review, and the third from 1974 to 1989, when there is a reformulation. In this historical process of evolution of his thinking, Furtado seeking new sources and widen your perspective to this analysis covering the cultural dimension, in particular through the concepts of: culture system; modernization and cultural dependence; indirect access to industrial civilization; and endogenous development.

KEY-WORDS: Celso Furtado; Theory of Underdevelopment; Culture.

ÁREA: 1 - Metodologia e História do Pensamento Econômico.

SUB-ÁREA: 1.2. História do Pensamento Econômico

Submetido às Sessões Ordinárias.

¹ Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA - IE/UFRJ), doutorando do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional (IE/UFRJ) e professor da Universidade Federal Fluminense. O autor agradece ao Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento e o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Email: borja.bruno@gmail.com

INTRODUÇÃO

O subdesenvolvimento foi objeto de estudo de toda vida de Celso Furtado, durante mais de 50 anos dedicou-se à análise das raízes e da dinâmica deste processo específico de desenvolvimento que caracterizou diversos países no mundo, particularmente os países latino-americanos. Neste longo tempo de estudo pôde abrir e ampliar o conceito de desenvolvimento, tratando de suas várias faces – desde o estrito desenvolvimento das forças produtivas, passando pela estrutura de poder e chegando à dimensão cultural – onde talvez a melhor definição seja a do desenvolvimento econômico enquanto parte do processo de mudança cultural.

O presente trabalho tem a intenção de sistematizar e contextualizar historicamente os principais conceitos e argumentos elaborados por Furtado sobre a dimensão cultural do desenvolvimento. Para tanto, adotou-se uma metodologia de pesquisa para a análise da história do pensamento baseada no materialismo histórico, e também uma periodização específica para a história do pensamento econômico brasileiro. Com este método e esta periodização em mente, apresenta-se brevemente o processo de formação da Teoria do Subdesenvolvimento de Furtado, ao longo dos anos que vão de 1945 a 1989, marcando os momentos mais relevantes e as inflexões observadas em sua obra.

Procura-se, com isso, apontar a evolução histórica do pensamento de Furtado, de forma a captar com maior precisão o significado de suas reflexões sobre a cultura. Estas reflexões estão sintetizadas em algumas notas, onde são apresentados os conceitos de sistema de cultura, modernização e dependência cultural, acesso indireto à civilização industrial, e desenvolvimento endógeno. Momentos de enriquecimento e complexificação de sua Teoria do Subdesenvolvimento, observando novas determinações oriundas da dimensão cultural.

I – METODOLOGIA E PERIODIZAÇÃO PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

Partindo do materialismo histórico, o método de análise aqui utilizado tenta conjugar o pressuposto materialista e a lógica dialética, para buscar nas bases materiais o fundamento das superestruturas ideológicas formadas na sociedade. Tratando a produção do conhecimento como uma das partes do todo social, uma das partes da produção em

geral, busca-se, então, estabelecer as conexões necessárias entre a realidade concreta e suas representações no plano das idéias.

Como destaca Lukács, o mais importante do método desenvolvido por Marx não é puramente a predominância do elemento econômico em sua análise, mas sim a busca da totalidade do processo de desenvolvimento histórico em suas múltiplas características. Assim, as diferentes partes da realidade social deveriam ser reconstituídas em suas relações, formando uma totalidade orgânica. Isto quer dizer que nenhuma das partes poderia ser compreendida por si só, mas somente se alcançaria uma compreensão mais acurada de determinada parte ao reintegrá-la ao todo, havendo uma prioridade lógica deste sobre a dinâmica interna de cada parte considerada isoladamente.

No caso específico da produção do conhecimento, esta deveria ser tomada como mais uma das partes da produção, seguindo as leis gerais que regem a sociedade burguesa. Sendo produzida por seres humanos vivendo em coletividade, seres humanos reais, participantes das relações sociais de seu tempo, a ciência traria em seu interior a expressão destas relações. Isto significa que toda produção científica é histórica e socialmente determinada, condicionada pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas alcançado pela sociedade em certo período histórico.

Sendo apenas um aspecto parcial da realidade social, a ciência deveria ser apreendida dentro do movimento geral da sociedade, para se obter uma melhor compreensão de seu próprio movimento particular. Assim sendo, não se nega que a ciência – e também as demais modalidades de conhecimento, tal como a arte ou a religião – tenha sua lógica interna, mas simplesmente que esta não é de forma nenhuma independente das bases materiais. Observa-se aqui que há, de fato, uma autonomia relativa pertinente à especificidade da produção do conhecimento, esta autonomia, no entanto, nunca poderia ser absoluta – ou, no dizer positivista, não há a possibilidade de se alcançar a “neutralidade” da ciência, muitas vezes confundida com “objetividade”.

Segundo Goldmann (1979), ao ter um conjunto de textos, uma obra literária, como objeto imediato de estudo, o historiador do pensamento deve captar sua lógica interna, sua coerência própria, para reintegrar seu conteúdo ao processo histórico globalmente considerado. O autor afirma que, a partir do todo da obra, deve-se proceder a uma separação do que se considera essencial e acidental, para então captar a significação dos

diferentes momentos dentro de sua totalidade. É, mais uma vez, a tentativa de abstração proposta por Marx para a análise da realidade concreta.

Isto é, diante do todo caótico em que se apresenta a realidade aos olhos imediatos do cientista social, cabe a este realizar processos de abstração rumo às categorias mais simples que poderão estruturar seu caráter geral, e daí, então, permitirá reconstituir-se o todo, não mais como forma caótica, mas como totalidade orgânica. O mesmo aplica-se ao estudo das obras literárias e filosóficas. Tomando o conjunto de textos como um todo aparentemente caótico, cabe ao pesquisador identificar por meio de abstrações o que há de essencial ou de acidental no processo de desenvolvimento do pensamento. Identificando o que se considera essencial, poderá assim precisar a significação destes elementos parciais dentro do conjunto da obra, apontando os momentos mais significativos em termos de originalidade do autor e de sua influência sobre o pensamento posterior.

Com o objetivo de captar os momentos essenciais na história do pensamento econômico brasileiro (HPEB) e na formação da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado, delimita-se aqui uma periodização histórica pautada pelas pesquisas de Fiori² e Bielschowsky³. Os trabalhos de Fiori sobre as grandes transformações no sistema capitalista mundial – com seus momentos de crise, transição e retomada das sucessivas hegemonias estabelecidas – dão o marco histórico para o movimento de longa duração das estruturas. Já os trabalhos de Bielschowsky apresentam uma periodização para o estudo da HPEB principalmente balizada pelas oscilações do ciclo econômico. A conjunção destas duas referências permite uma percepção mais clara dos períodos históricos que nortearam a produção teórica brasileira.

Fiori argumenta que há um longo processo de construção do Estado desenvolvimentista no Brasil, iniciado em 1914 – com a I Guerra Mundial marcando a deflagração da luta sucessória pela liderança mundial –, e que se estende até o final dos anos 1980, com o fim da Guerra Fria e o estabelecimento do Consenso de Washington, rumando para uma nova ordem mundial unipolar pautada pelo neoliberalismo. Este longo ciclo teria dois momentos de inflexão: o primeiro ao final da II Guerra Mundial, no ano de

² Fiori ([1984] 2003), *O Vôo da Coruja – para reler o desenvolvimentismo brasileiro*. E Fiori (2004), *O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites*.

³ Bielschowsky ([1988] 2000), *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. E Bielschowsky e Mussi (2005), *O Pensamento Desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005*.

1945, quando é delineada a estrutura da hegemonia norte-americana no mundo capitalista e tem início a Guerra Fria, num contexto de bipolarização com a União Soviética; o outro ponto de inflexão seria em meados da década de 1970, especialmente o ano de 1974, após o rompimento unilateral dos acordos de Bretton Woods por parte dos EUA, o primeiro choque do petróleo e o fracasso militar norte-americano na Guerra do Vietnã.

Estrutura-se, com isso, uma periodização histórica que tem nos anos de 1914, 1945, 1974 e 1989 momentos decisivos na evolução do sistema capitalista mundial. E, como não poderia deixar de ser, tais momentos são decisivos também na história brasileira. Conjugando esta visão histórica de longo prazo com a dinâmica do ciclo econômico, tal como apresentada por Bielschowsky, percebe-se a existência de pontos de convergência entre tais interpretações.

Nos trabalhos citados, Bielschowsky identifica três grandes fases do pensamento econômico brasileiro, diretamente influenciadas pela história concreta. Nesta periodização caracteriza o ciclo ideológico do desenvolvimentismo, de 1930 a 1964, como o “ciclo original”; após o golpe de 1964 teria sido iniciado um segundo ciclo desenvolvimentista, isto é, o “ciclo desenvolvimentista no regime autoritário”, que se estenderia até 1980; daí em diante, em virtude da crescente instabilidade internacional e das enormes restrições externas enfrentadas pela economia brasileira, teríamos entrado na “era da instabilidade macroeconômica inibidora”, quando o debate sobre desenvolvimento perderia de vez a hegemonia, tornando-se subsidiário da busca da estabilidade macroeconômica.

Propõe-se aqui uma modificação nesta periodização de Bielschowsky, com base nos trabalhos de Fiori apresentados. Desta forma toma-se o período de 1945 a 1989 como referência para a pesquisa do pensamento econômico brasileiro, subdividido, evidentemente pela grande ruptura política representada pelo Golpe de 1964 e pela inflexão observada no sistema mundial em 1974. Assim, definem-se três períodos básicos de estudo: o primeiro de 1945 a 1964; o segundo de 1964 a 1974; e o terceiro de 1974 a 1989.

II – A FORMAÇÃO DA TEORIA DO SUBDESENVOLVIMENTO DE CELSO FURTADO

Definidos o marco metodológico e a periodização, cabe agora identificar os momentos essenciais na formação da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado. Para tanto se propõe, como apresentado, a seguinte periodização: *elementos para uma Teoria do Subdesenvolvimento*: 1945-1964; *crítica da Teoria do Subdesenvolvimento*: 1964-1974; e *reformulação da Teoria do Subdesenvolvimento*: 1974-1989.

Após a II Guerra Mundial, em especial durante os anos 1950, se estabelece um grande debate em torno das teorias do desenvolvimento. Neste momento, Furtado colige os *elementos para uma Teoria do Subdesenvolvimento*, isto é, se insere criticamente em algumas das principais controvérsias suscitadas à época, tomando alguns autores como fonte para sua consolidação teórica posterior. Após ensaios e tentativas parciais ao longo desta década, o autor alcança uma nova síntese em dois de seus livros mais importantes, suas pedras de alicerce: *Formação Econômica do Brasil* (1959) e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961).

Neste período, trava um logo debate sobre a formação histórica das estruturas subdesenvolvidas, evidentemente focado no caso brasileiro. Alguns pontos de destaque do debate são: os ciclos de acumulação na economia colonial e dependente; o fim da escravidão e a transição ao trabalho assalariado como condição necessária para formação do mercado interno; a formação da economia de subsistência e do dualismo estrutural; e a ascensão da indústria, com a transição da sociedade agro-exportadora para a sociedade urbano-industrial.

Esta controvérsia de caráter predominantemente histórico se inicia, de fato, ainda antes da II Guerra Mundial, com os primeiros trabalhos de Roberto Simonsen, e segue seu curso na interpretação original de Caio Prado Jr. Furtado seria fortemente influenciado por ambos, numa série de trabalhos sobre o tema, começando por sua tese de doutorado defendida na Universidade de Paris em 1948, sob o título *A Economia Colonial Brasileira: séculos XVI e XVII*. Seguida dos estudos realizados na Comissão Econômica para América Latina (Cepal), publicados em *A Economia Brasileira* (1954). Estes estudos alcançariam a forma definitiva somente no ano de 1959, quando – após deixar a Cepal em 1957 – Furtado vai para a Universidade de Cambridge como professor visitante e conclui um de seus livros clássicos: *Formação Econômica do Brasil*.

Ao longo da década de 1950, a teoria do desenvolvimento econômico ganhou muita força, sendo amplamente difundida no mundo. Alguns autores consagrados como *pioneiros*⁴ do desenvolvimento são representativos deste campo teórico, dentre eles: Paul Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Arthur Lewis e Walt Whitman Rostow. Nesta arena de debates internacional, os primeiros membros da Cepal tiveram uma importância decisiva na defesa dos interesses da industrialização latino-americana, começando, claro, por Raúl Prebisch e seus trabalhos clássicos. Furtado daria, não só sequência, mas também destacadas contribuições aos primeiros passos do estruturalismo latino-americano em várias publicações do período: *Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico* (1952); *Uma Economia Dependente* (1956); e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961).

Os pontos mais relevantes em discussão estavam ligados aos limites do comércio exterior e da especialização produtiva na divisão internacional do trabalho como via de desenvolvimento. Esta crítica da Cepal às teorias então vigentes parte da percepção de uma tendência ao desequilíbrio do balanço de pagamentos, fundada na deterioração dos termos de troca. Furtado elaboraria, de forma original, o conceito de dependência tecnológica para analisar tanto o desequilíbrio do balanço de pagamentos, quanto a persistência de um excedente de mão-de-obra nas economias subdesenvolvidas, apontando, com isso, a necessidade da industrialização periférica e de seu planejamento pelo Estado.

Já em *Dialética do Desenvolvimento*, de 1964, percebe-se uma tentativa de reavaliação do intenso processo de industrialização pelo qual o Brasil havia passado entre 1930 e 1960 – e que havia sido abertamente defendido por Furtado e os demais membros da Cepal. Ali o autor exploraria o tema da constituição histórica do Estado, repassando criticamente as teorias mais difundidas do pensamento marxista e indicando, também, uma influência de Max Weber na sua concepção de Estado.⁵ Esta reavaliação marca uma inflexão em sua obra, passando de uma defesa genérica da industrialização para uma percepção mais clara e matizada dos interesses por trás deste projeto, com suas implicações no plano político e social.

⁴ Cf. Meier & Seers (1985), *Pioneers in Development*.

⁵ Ver, em especial, os capítulos: 3 – *As lutas de classe no desenvolvimento das instituições políticas*; 4 – *As ideologias de classe na luta pelo poder*; 5 – *Dialética do desenvolvimento capitalista*; e 6 – *Projeções políticas do subdesenvolvimento*.

Neste primeiro momento de formação de sua Teoria do Subdesenvolvimento, Furtado busca refutar o pretenso grau de universalidade contido nas análises do desenvolvimento econômico. Elabora, então, o método histórico-estrutural, para captar a partir da dimensão histórica a constituição das estruturas internas e externas que balizavam o desenvolvimento dos países periféricos. Talvez esta tenha sido sua maior contribuição ao que ficou conhecido posteriormente como *Estruturalismo Latino-Americano*.

Com isso, procede a uma *superação dialética*⁶ das interpretações e teorias então vigentes, conquistando o consenso em torno de sua nova proposta teórica. Daí em diante seria tomado como ponto de referência para o debate brasileiro e, após o Golpe de 1964, passaria a ser criticado por diferentes autores, inscritos em diferentes correntes de pensamento. A *crítica da Teoria do Subdesenvolvimento* trataria de realizar com Furtado o que ele outrora havia feito, dialogando criticamente na tentativa de proceder a uma superação.

Deste movimento de contestação à Teoria do Subdesenvolvimento florescem algumas das mais importantes controvérsias da história do pensamento econômico brasileiro e latino-americano. Defende-se aqui que os autores envolvidos nestas controvérsias tomam a obra de Furtado como fonte, realizando em relação a ela uma nova superação dialética, que envolve conservação de certos elementos, negação de outros e busca de uma nova síntese. Destas novas sínteses formaram-se as principais correntes teóricas do período, que viriam subsidiar a fundação dos primeiros centros de pós-graduação do Brasil no campo das ciências sociais. Apresenta-se, assim, a centralidade de Furtado na evolução do pensamento social brasileiro.

Neste segundo período, de *Crítica da Teoria do Subdesenvolvimento*, de 1964 a 1974, procura-se englobar um longo debate em torno das características da desaceleração do crescimento industrial brasileiro, observada a partir de 1961, e da qual deriva a proposição inicial de Furtado sobre a existência de uma tendência à estagnação nos países subdesenvolvidos, se desdobrando posteriormente na análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. O ponto mais controverso seria a concentração de renda como

⁶ O conceito de superação dialética é tomado aqui com referência à produção do conhecimento, contendo os momentos de tese, antítese e síntese. Ou seja, quando há a conservação de alguns elementos teóricos, a negação de outros e, finalmente, a superação do pensamento anterior através de uma nova síntese teórica. Cf. Konder (1987), *O que é Dialética*.

limitadora do crescimento das economias subdesenvolvidas e sua relação com a tecnologia de produção adotada.

As publicações essenciais de Furtado sobre o tema são *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1965), *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967) e *Análise do “Modelo” Brasileiro* (1972). O debate crítico se dá, fundamentalmente, por parte de autores tributários da tradição cepalina, que formariam os primeiros cursos de especialização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e, posteriormente, as pós-graduações da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A principal e mais persistente crítica provém de Maria da Conceição Tavares, mas também contribuíram de forma decisiva para o debate Carlos Lessa e Antônio Barros de Castro.

Ao final dos anos 1960, se estabelece uma nova controvérsia, dando sequência à crítica da demasiada força explicativa que adquirem os fatores externos na teorização de Furtado, já esboçada por Tavares no início da década. Apresenta-se, então, a dependência por uma perspectiva maiormente sociológica, debatendo a formação das classes sociais e da estrutura de poder interna aos países subdesenvolvidos e a relação entre burguesia nacional e capital estrangeiro.

As contribuições mais pertinentes de Furtado ao tema são: *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967), *Formação Econômica da América Latina* (1969) e *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina* (1973). Já a crítica mais veemente e diretamente relacionada à Teoria do Subdesenvolvimento viria por parte de autores que, de alguma forma, passaram pela Cepal no Chile. Tanto pela teoria marxista da dependência de André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. Quanto pela corrente da dependência proveniente da Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), com origem nos trabalhos de Florestan Fernandes, mas cujos autores mais divulgados seriam Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira – que depois fundariam o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap).

No início da década de 1970, uma nova controvérsia aflora em torno da obra de Celso Furtado. Trata-se de uma revisão crítica de sua interpretação clássica sobre a transição para um sistema industrial da economia brasileira. Os pontos de destaque deste debate giram ao redor dos choques externos e do processo de industrialização por

substituição de importações, ou seja, da efetiva transição ao sistema industrial observada na economia brasileira durante a primeira metade do século XX.

São questionadas as teses de Furtado lançadas originalmente em *Formação Econômica do Brasil* (1959), mas resgatadas pelo autor em *Formação Econômica da América Latina* (1969). As primeiras críticas partem de autores considerados *brasilianistas*, como Warren Dean e Manuel Peláez. A outra corrente crítica, de muito maior relevância para a HPEB, foi fortemente influenciada pela obra de Furtado e pelas críticas de Maria da Conceição Tavares e Fernando Henrique Cardoso, formando a base da interpretação histórica que daria origem à chamada Escola de Campinas, na Unicamp. Dentre os autores mais importantes estão João Manuel Cardoso de Mello e Wilson Cano.

Ao final deste período 1964-1974, observa-se outro ponto de inflexão na obra de Furtado, apontado em *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), onde são assimiladas as críticas que havia sofrido ao longo da última década. Ali o autor demonstra total desilusão com as políticas de desenvolvimento que vinham sendo adotadas. Isto é, o caminho de superação do subdesenvolvimento pela via da industrialização teria, em realidade, aprofundado os laços de dependência dos países latino-americanos, em particular com os Estados Unidos.

É assim que, após 1974, em virtude das transformações observadas no sistema capitalista mundial e de seu impacto sobre as estruturas internas dos países subdesenvolvidos, o autor inicia uma *reformulação da Teoria do Subdesenvolvimento*, lançada concretamente com a publicação de *Prefácio à Nova Economia Política* (1976). Além deste, nesta terceira fase da obra, os principais livros são: *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978); *A Nova Dependência (dívida externa e monetarismo)* (1982); e *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise* (1984).

Um dos temas mais abordados neste momento é a perda de autonomia e de capacidade de transformação social dos Estados nacionais frente à internacionalização do capital e da constituição de um sistema financeiro internacional, o que Furtado chamou de “capitalismo pós-nacional”. Assim como o papel desempenhado pela moeda e pelo dólar, em especial, neste contexto de internacionalização. Também deste período é a reflexão mais ampla sobre a questão primordial das relações entre cultura, desenvolvimento e dependência, o que o autor denominou de dependência cultural ou dominação cultural,

resgatando elementos já apresentados em outros trabalhos como *Dialética do Desenvolvimento* (1964) e *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974).

Pode-se dizer que essas são as três grandes fases da obra de Celso Furtado. A virada da década de 1980 traria consigo o fim de um período histórico marcado pela Guerra Fria no plano internacional, juntamente com um dos últimos suspiros desenvolvimentistas no plano nacional, expresso na Constituição de 1988. Interessante notar que, neste momento exato, Furtado se dedica à elaboração de seus registros autobiográficos. A trilogia *A Fantasia Organizada* (1985), *A Fantasia Desfeita* (1987) e *Os Ares do Mundo* (1991), determina, portanto, o fechamento de um longo período de intensa produção.

III – NOTAS SOBRE A DIMENSÃO CULTURAL

Feita esta breve reconstituição histórica da formação do pensamento de Furtado, cabe agora apontar algumas notas sobre a dimensão cultural. Sem a pretensão de esgotar a análise desta importante faceta da obra do autor, estas notas buscam sistematizar os principais conceitos e argumentos desenvolvidos por ele sobre a cultura.

Para tanto são retomados os livros mais incisivos no tema, começando por *Dialética do Desenvolvimento* e *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Como explorado anteriormente, estes são livros que marcam uma inflexão em seu pensamento, quando se manifesta a constante insatisfação com o restrito instrumental teórico do economista. Ao tentar ampliar o escopo da análise, lança mão de outras ciências sociais que possam enriquecer a teoria do subdesenvolvimento – e, nesta tentativa, a cultura ganha espaço. Já na terceira fase da obra, após 1974, o autor confere centralidade maior ao tema, dedicando alguns ensaios de *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* e de *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise* exclusivamente à dimensão cultural.

III.1 – O sistema de cultura

Furtado abre *Dialética do Desenvolvimento* (1964) reivindicando a dialética como método de análise. Tece considerações a respeito da forma como a elaboraram Hegel e Marx, para em seguida tentar conciliá-la com a abordagem antropológica sobre os processos de mudança social. Busca, com isso, uma análise sistêmica da cultura. Extraíndo

do pensamento dialético a idéia de que o todo não pode ser explicado pela análise isolada de suas distintas partes, defende que sejam reconstituídas as relações de interdependência entre os elementos, de modo visualizar a cultura como um sistema.

Toma partido do materialismo histórico de Marx, para juntar método dialético e pressuposto materialista. Evidentemente não o faz de forma acrítica, mas se apropria, ao seu jeito, deste instrumental analítico. Não é por menos que afirma:

A idéia de interdependência das distintas instituições existentes em uma determinada etapa histórica, formulada por Hegel, derivava-se da concepção da história como um todo. O esforço de Marx se dirigiu no sentido de identificação das forças primárias que, atuando dentro desse todo, provocavam a cadeia de reações sob cuja forma se apresenta o processo de desenvolvimento histórico. No ponto mais baixo dessa cadeia, Marx identificou as relações de produção que se estabelecem entre os homens que vivem em sociedade. Essas relações de produção – que são uma função da tecnologia disponível – constituem em seu conjunto a estrutura econômica da sociedade; os demais segmentos da estrutura social estariam condicionados por aquela infra-estrutura econômica. A essência da hipótese que formulou Marx significa apenas que, dentre os fatores determinantes de uma estrutura social, o mais irreduzível é o nível da tecnologia. (FURTADO, 1964: 16-17)

A abordagem adotada por Furtado do processo de desenvolvimento das forças produtivas assume a relação entre acumulação de capital e progresso técnico como o ponto central. Também é notória a grande importância dada pelo autor à tecnologia, tanto como elemento transformador, quanto como instrumento de poder. Isto fica explícito na forma como interpreta a concepção de Marx acerca do desenvolvimento, identificando na tecnologia o fator determinante das relações sociais de produção e do desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, a tecnologia como fator determinante da constituição da base material da sociedade.

Desta leitura de Marx, conclui que sendo a base material o momento preponderante no processo de desenvolvimento histórico da sociedade, determinando em alguma medida a evolução da superestrutura, estaria na tecnologia o ponto fundamental de análise. Daí então aproxima esta perspectiva ao conceito de mudança social elaborado por alguns antropólogos, em especial através da noção de herança social de W. F. Ogburn. Segundo este, a herança social pode ser segmentada entre cultura material e cultura não-material. Sendo a cultura material representada pelos processos de produção e uso dos bens

materiais; e a cultura não-material abarcando a organização social, ciência, arte, filosofia, religião, moral, costumes, etc. Afirma também que na época presente são as transformações constantes na cultura material que impelem o restante da vida social a modificar-se, logo são o foco da mudança social.⁷

Conjugando esta abordagem antropológica com a concepção do processo de desenvolvimento histórico apropriada de Marx, Furtado pretende formular um *sistema de cultura*. Isto é, analisar a partir de uma dinâmica processual o impacto do contínuo fluir de inovações tecnológicas sobre os demais elementos da cultura, ressaltando a interdependência entre os elementos materiais e não materiais.

Este modelo, que nos dá uma visão integrada da cultura como sistema, está formulado a um nível de abstração tão alto como a hipótese de Marx. Temos a cultura dividida em dois grandes segmentos e o desenvolvimento mais rápido da base material exigindo adequadas acomodações na superestrutura não material. [...] O que existe de fundamental e comum aos dois modelos é a constatação de que, sendo a cultura um conjunto de elementos interdependentes, toda vez que em determinadas condições históricas avança a tecnologia e se desenvolvem as bases materiais, todos os demais elementos serão chamados a ajustar-se às novas condições, ajustamentos esses que darão origem a uma série de novos processos, com repercussões inclusive sobre a base material. [...] O que interessa aqui assinalar é o reconhecimento de que o processo de rápida mudança que caracteriza a nossa cultura reflete as transformações intensivas que uma tecnologia em acelerado desenvolvimento introduz no seu processo produtivo. E enquanto estivermos neste terreno, permaneceremos dentro do marco da hipótese simplificada que formulou Marx partindo da concepção dialética da história. (FURTADO, 1964: 18-19)

Com o *sistema de cultura* em mente, destaca que as mudanças introduzidas na cultura por inovações tecnológicas nos processos produtivos têm características peculiares, que lhes conferem maior dinamismo, tendendo a gerar reações em cadeia. Assim, um novo processo produtivo pode aumentar o produto social e o excedente, influenciando tanto sobre a organização da produção quanto sobre a forma de distribuição da renda, com repercussões, portanto, nas relações sociais de produção e na estrutura de poder. Deve-se ressaltar, contudo, que a cadeia de transmissão apresentada constitui somente uma das possibilidades

⁷ Outra influência é M. J. Herskovits. Partindo dele, Furtado reforça a idéia de que o *focus* central da mudança cultural em nossa sociedade reside na tecnologia.

da mudança social, sendo de relevante importância o caminho inverso, onde mudanças na cultura não-material influem sobre a cultura material.

No caso específico do subdesenvolvimento, esse processo de ajustamento da estrutura social ao fluxo constante de inovações tecnológicas – seja nas técnicas de produção ou nos bens de consumo final – adquire uma série de peculiaridades, uma vez que as grandes mudanças na cultura material são assimiladas diretamente do centro do sistema capitalista mundial, sem conexão direta com o *sistema de cultura* local. Embora esta hipótese não seja aprofundada nesse momento da obra, como veremos adiante, ela está na base de suas interpretações sobre a dimensão cultural do subdesenvolvimento.

III.2 –Modernização e dependência cultural

Como dito anteriormente, é de enorme importância a perspectiva histórica que Furtado introduz nas análises cepalinas dos anos 1950. Este traço marcante do método histórico-estrutural norteará toda sua produção teórica. Em *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974) não foi diferente, e sua interpretação histórica subsidiou a formulação de conceitos teóricos pertinentes à análise do subdesenvolvimento.

Compreende o subdesenvolvimento como uma trajetória histórica de desenvolvimento específica, com origem na inserção dos países da América Latina, como primário-exportadores, na divisão internacional de trabalho formada após a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra no século XVIII. Tal inserção, visando à obtenção de vantagens comparativas no comércio internacional, teria provocado aumentos de produtividade no sistema econômico periférico pelo simples aumento extensivo da produção, com grande especialização geográfica. Ali onde o excedente gerado foi parcialmente apropriado pelas classes dirigentes locais houve uma rápida diversificação dos padrões de consumo, em benefício destas classes, mediante a importação de bens de consumo final.

A existência de uma classe dirigente com padrões de consumo similares aos de países onde o nível de acumulação de capital era muito mais alto e impregnada de uma cultura cujo elemento motor é o progresso técnico, transformou-se, assim, em fator básico na evolução dos países periféricos. [...]

Chamaremos de *modernização* a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos. (FURTADO, 1974: 80-81)

A *modernização* da sociedade através da importação de bens de consumo, sem a correspondente diversificação do aparelho produtivo, seria o ponto central da *dependência tecnológica*. Esta assumiria toda sua amplitude durante o processo de industrialização por substituição de importações, sendo entranhada no sistema industrial. Isto é, tendo como objetivo reproduzir internamente os produtos industrializados antes importados, não haveria outra solução senão adotar também os métodos produtivos vigentes nos países centrais. De tal modo, a *dependência tecnológica* seria aprofundada para a dimensão dos processos produtivos.

A tentativa dos países periféricos em miniaturizar ou mimetizar o sistema industrial originário do centro do capitalismo mundial, onde o nível de acumulação de capital é muito mais elevado, levaria, em última instância, à reprodução ampliada da dependência. Na verdade, Furtado propõe que não se trata simplesmente de uma questão tecnológica, mas que almejar reproduzir o modo de vida, os produtos consumidos, as formas de produção, configuraria sim uma *dependência cultural*.

Para captar a natureza do subdesenvolvimento, a partir de suas origens históricas, é indispensável focalizar simultaneamente o processo de produção (realocação de recursos dando origem a um excedente adicional e forma de apropriação desse excedente) e o processo de circulação (utilização do excedente ligada à adoção de novos padrões de consumo copiados de países em que o nível de acumulação é muito mais alto), os quais, conjuntamente, engendram a dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes. Certo, o conhecimento da matriz institucional que determina as relações internas de produção, é a chave para compreender a forma de apropriação do excedente adicional gerado pelo comércio exterior; contudo, a forma de utilização desse excedente, a qual condiciona a reprodução da formação social, reflete em grande medida o processo de dominação cultural que se manifesta ao nível das relações externas de circulação. (FURTADO, 1974: 80-81)

Assim, a forma de utilização do excedente, tida como elemento fundamental da reprodução social, ficaria condicionada de *dependência cultural*, limitando o escopo de possibilidades dos países subdesenvolvidos. Suas classes dirigentes, que se apropriam de

parcela significativa do excedente gerado, se identificariam cultural e ideologicamente com as classes dirigentes do centro capitalista, orientando o sistema econômico no sentido de reproduzir as formas de vida mais “desenvolvidas”. Nisto residiria o “mito do desenvolvimento”, já que esta tentativa sempre levaria ao aumento da dependência externa e da concentração de renda, ampliando, portanto, as desigualdades sociais características do subdesenvolvimento.

Aqui fica patente a assimilação por parte de Furtado de algumas críticas que sofreu dos teóricos da dependência.⁸ Nesta linha, argumenta ser a convergência de interesses entre a burguesia local – empenhada em manter altas taxas de exploração – e a burguesia dos países centrais – interessada em ampliar os mercados para o fluxo constante de novos produtos – a fonte de reprodução da dependência. Tanto na fase primário-exportadora, quanto no processo de substituição de importações, ou mesmo no momento subsequente de internacionalização do mercado interno, já que a adoção de padrões de consumo modernizados facilitou a penetração das grandes empresas multinacionais.

III.3 – O acesso indireto à civilização industrial

Aprofundando a pesquisa de suas hipóteses sobre a formação histórica do subdesenvolvimento, Furtado faria um retorno à Europa do “longo século XVI” para identificar ali as origens da emergência da civilização industrial. Sob declarada influência da escola dos *Annales*, principalmente de Fernand Braudel, faria uma reavaliação deste momento histórico singular, marcado pela revolução científica e pela grande expansão comercial marítima. Em *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978) fica patente tanto esta influência de Braudel – num provável paralelo entre civilização material e civilização industrial –, quanto o diálogo com os teóricos da dependência.⁹

Neste mergulho na história, identifica a coexistência de dois sistemas de cultura na Europa “pré-descobrimientos”: o feudal e o burguês. A visão de mundo predominante, de caráter feudal, se fundaria na tradição religiosa e na estruturação do sistema de dominação social a partir da propriedade da terra. No entanto, esta visão seria crescentemente desafiada pela ascensão da vida urbana e da cultura burguesa. A conjunção da expansão

⁸ Mais explicitamente, a idéia de burguesia associada, de Fernando Henrique, e a de superexploração do trabalhador na periferia, de Marini.

⁹ Com destaque, talvez, para Florestan Fernandes e sua análise da revolução burguesa no Brasil.

comercial – ampliando o espaço geográfico de atuação da burguesia mercantil européia – com a revolução científica – marcada pela assimilação do conhecimento produzido pela cultura grega clássica – teria dado origem a uma verdadeira revolução cultural, momento de ascensão da cultura européia a posição dominante no mundo. E é neste quadro que se consoma a revolução burguesa.

Posto que a revolução burguesa não era outra coisa senão a ascensão de forças sociais que tinham na acumulação a fonte do próprio prestígio, e a acumulação nos meios de produção conduzia à diversificação do consumo (mediante o intercâmbio externo ou a invenção interna), as mudanças que daí decorriam nos padrões culturais – a concepção de modernidade – passaram a ser consideradas como um indicador de ascensão social, de melhora, de progresso. Tudo que conduzia ao progresso, à ‘riqueza das nações’, na feliz síntese do título da obra clássica de Adam Smith, ganhava legitimidade. (FURTADO, 1978: 72)

Ou seja, Furtado entende a revolução burguesa como a implantação de um novo sistema de cultura, pautado pela acumulação como fonte de legitimação do poder e pela diversificação dos hábitos de consumo como expressão da estratificação social. Os ideais de civilização, progresso e modernidade teriam sua origem na revolução científica e na revolução burguesa, sendo esses dois processos de criatividade cultural os momentos fundamentais na emergência da civilização industrial.

Esta, no entanto, só ganharia seus contornos mais salientes a partir da revolução industrial. O autor argumenta que, se a transformação no sistema de poder representada pela revolução burguesa tomou séculos para se concretizar, a penetração dos critérios mercantis na organização da produção ocorreu num espaço de tempo relativamente curto, delimitado pela revolução industrial. A subordinação da ciência e da técnica ao processo acumulativo, tido como motor de toda evolução social, teria concentrado a inovação tecnológica nos métodos produtivos, fazendo da tecnologia um dos mais importantes instrumentos de poder. Ali se definiriam os elementos característicos da civilização industrial: a industrialização, a urbanização e a secularização.

“A crescente infiltração dos critérios de racionalidade instrumental nos meandros do corpo social produziria na Europa um estilo de civilização cujos traços mais salientes são: a industrialização (tecnicismo de todas as atividades produtivas), a urbanização (estruturação espacial da população para satisfazer as exigências do mercado de trabalho) e a

secularização (prevalência da razão na legitimação dos sistemas de poder). O rápido processo de acumulação e o avanço tecnológico que são inerentes a essa civilização capacitaram alguns povos da Europa para submeter a controle a quase totalidade do planeta. (FURTADO, 1978: 41)

Este espantoso desenvolvimento das forças produtivas teria representado um verdadeiro “salto histórico”, passando a história moderna e contemporânea a refletir em grande medida a crescente dominação do mundo pelos europeus e, evidentemente, a reação contrária dos povos dominados. Tal processo seria parte da difusão da civilização industrial pelo mundo. Furtado aponta aqui uma distinção entre a emergência da civilização industrial e sua difusão: se a expansão das linhas de comércio conjugada com a ampliação do conhecimento científico conduzira a Europa à revolução burguesa, com modificações no sistema de poder e na organização da produção; a difusão da civilização industrial pertenceria a outra trajetória histórica, marcada pelo encontro deste estilo de civilização com as diferentes áreas do planeta, e não poderia ser compreendida a partir do quadro conceitual derivado unicamente da experiência européia.

Distingue com isso algumas formas de acesso à civilização industrial. Grosso modo, pode-se dizer que a distinção fundamental residiria na conscientização das classes dominantes internas para o atraso no grau de acumulação de capital e para a ameaça de dominação externa que representava a expansão dos países que lideravam o desenvolvimento industrial. Alguns países teriam logrado um acesso mais seguro, mediante a canalização da acumulação para o desenvolvimento das forças produtivas, enquanto outros teriam seguido o caminho da simples integração comercial, um caminho de *acesso indireto à civilização industrial*, caracterizado pela acumulação fora do sistema produtivo, em particular no consumo de bens importados do núcleo industrial e na extensão da urbanização.

No caso deste *acesso indireto à civilização industrial*, a inserção no sistema de divisão internacional do trabalho coloca-se como fator determinante da estruturação social, e o processo de modernização se desenrola via comércio exterior. Isto é, transplanta-se o padrão de consumo e comportamento (o ideal de modernidade), sem que haja uma conexão com o desenvolvimento das forças produtivas, o que gera uma situação de dependência estrutural, com ampla penetração dos valores materiais e ideológicos da civilização industrial européia.

“Os valores ideológicos surgidos com a revolução burguesa – liberalismo, individualismo, racionalismo – que haviam operado como alavancas para deslocar as velhas estruturas de dominação e promover a ascensão dos agentes sociais comprometidos com a acumulação no plano das forças produtivas, transpostos para a situação de dependência, tais valores transformaram-se em instrumento de reforço desta. Toda iniciativa visando a modificar o quadro estrutural era denunciada em nome da ‘boa doutrina’, como irracionalidade política. A expansão da produção primário-exportadora não requeria transformações de monta nos métodos de produção, o que conduzia ao imobilismo das estruturas sociais. Em realidade, o considerável aumento do excedente reforçava, às mais das vezes, o sistema de dominação social, além de proporcionar-lhe alianças externas. Esse quadro entrou em crise não tanto pela ação de fatores endógenos das economias dependentes, mas em razão de disfunções no conjunto do sistema sob a forma de rivalidades entre Estados com projetos imperialistas, que levariam a duas grandes guerras e, entre estas, ao quase colapso do sistema de divisão internacional do trabalho. Contudo, a industrialização subsequente das economias dependentes significou menos um abandono da ‘via indireta’ do que uma evolução no quadro dessa forma particular de acesso à civilização industrial.” (FURTADO, 1978: 46-47)

A industrialização dependente da periferia não mudaria o quadro geral, simplesmente traduziria um novo pacto entre as classes dominantes tradicionais e os interesses externos. A idéia de desenvolvimento teria servido para garantir esta espécie de solidariedade internacional visando à difusão de civilização industrial nos marcos da dependência. Por certo, Furtado argumenta que existem elementos comuns, que dão o caráter geral da civilização industrial, em especial, a centralidade da acumulação de capital no desenvolvimento das forças produtivas e na definição da estrutura de poder. No entanto, a grande diversidade de resultantes que tomou sua difusão, não permitiria qualquer tipologia que captasse a especificidade de cada processo particular.

A intensificação da acumulação de capital a todo custo respondia tanto aos interesses das classes dominantes internas, quanto dos grupos que controlavam o mercado mundial, ignorando a conseqüente destruição dos valores culturais próprios das sociedades dependentes. O desenvolvimento em condições de dependência significaria apenas o transplante da civilização industrial, concebida como um ideal de modernidade e progresso, baseado no estilo de vida material oriundo de outro contexto histórico.

Defende-se então que, ao delimitar as possibilidades de utilização do excedente, a dependência cultural estaria restringindo a criatividade nos países subdesenvolvidos. A acumulação de capital, tida como meio para alcançar determinado fim, definido a partir dos valores culturais da sociedade, teria se transformado no fim último, condicionando em seu favor a utilização do excedente. O novo excedente, que abriria uma gama de possibilidades aos membros da sociedade, se canalizaria para o processo produtivo, subordinando a capacidade humana de intervir de forma criativa e inovadora no determinismo inerente à difusão da civilização industrial.

III.4 – O desenvolvimento endógeno

É à luz desta perspectiva histórica que Furtado iria analisar a crise da década de 1980 nos países subdesenvolvidos. Em *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise* (1984) reafirma que a formação histórica do Brasil, como nação e como sistema de cultura, teria suas raízes no processo de mundialização da civilização européia, a partir da grande expansão comercial do século XVI. Deste fato consistiria o deslocamento da fronteira agrícola da Europa para o Novo Mundo, onde se integrariam no processo de produção e comercialização as populações européia, africana e indígena – ponto de origem do que veio a ser a cultura brasileira.

Reafirma também a linha de argumentação que estabelece relações entre: inserção na divisão internacional do trabalho via comércio exterior; modernização dependente com diversificação do padrão de consumo sem diversificação do sistema produtivo; dependência tecnológica e industrialização por substituição de importações; papel central das empresas transnacionais na difusão da civilização industrial e na globalização dos padrões de consumo gerados no centro.

Trazendo a análise para o tempo presente, meados dos anos 1980, apontaria na internacionalização dos capitais norte-americanos e europeus o núcleo de propagação e reprodução da dependência. Salienta o crescente domínio da indústria transnacional da cultura nos países subdesenvolvidos como o principal instrumento de modernização dependente da atualidade, quando estaria ocorrendo uma globalização do sistema de cultura a partir dos interesses que, do centro capitalista, controlam o mercado mundial.

“Na fase em que nos encontramos, de explosão dos meios de comunicação, o processo de globalização do sistema de cultura terá que ser cada vez mais rápido, tudo levando a crer que estamos fechando o ciclo que se abriu no século XVI. Todos os povos lutam para ter acesso ao patrimônio cultural comum da humanidade, o qual se enriquece permanentemente. Resta saber quais serão os povos que continuarão a contribuir para esse enriquecimento e quais aqueles que serão relegados ao papel passivo de simples consumidores de bens culturais adquiridos nos mercados. Ter ou não direito à criatividade, eis a questão.” (FURTADO, 1984: 25)

Reivindica novamente o direito à criatividade. A autonomia na utilização do excedente, que condiciona a reprodução das estruturas sociais, seria o objetivo a ser alcançado para romper com a dominação cultural. Isto é, escapar à lógica economicista que põe na acumulação de capital o objetivo final do desenvolvimento das forças produtivas e perpetua, nos países subdesenvolvidos, a dependência externa. Aponta com isso a contradição entre a lógica dos meios, fundada nas técnicas e na acumulação, e a lógica dos fins, que rege a cultura e o sistema de valores.

A busca do *desenvolvimento endógeno* residiria na capacidade de determinar os rumos do processo social com vistas a alcançar objetivos compatíveis com a manutenção da identidade cultural e a promoção da invenção cultural. Furtado afirma que “mais do que *transformação*, o desenvolvimento é *invenção*, comporta um elemento de intencionalidade.” (FURTADO, 1984:105) Portanto, esta invenção seria a manifestação de um leque de possibilidades abertas à criatividade¹⁰ humana, fundada na existência de um excedente de recursos. Caberia aos países dependentes lutar pelo direito à criação de valores culturais próprios, ligados ao sistema de cultura local, que levariam à afirmação da nação num cenário mundial de crescente globalização, com a difusão planetária da civilização industrial.

Foi como rejeição dessa visão simplificadora da difusão da civilização industrial que se perfilou a teoria do subdesenvolvimento, cujo objeto central de estudo são as malformações sociais engendradas nesse processo de difusão. A denúncia do falso neutralismo das técnicas permitiu que se restituísse visibilidade a essa dimensão oculta do desenvolvimento que é a criação de valores substantivos. A endogeneidade outra coisa não

¹⁰ “Em síntese, a ciência do desenvolvimento preocupa-se com dois processos de criatividade. O primeiro diz respeito à técnica, ao empenho do homem de dotar-se de instrumentos, de aumentar sua capacidade de ação. O segundo refere-se à utilização última desses meios, aos valores que o homem adiciona ao seu patrimônio existencial.” (FURTADO, 1984: 107)

é senão a faculdade que possui uma comunidade humana de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades por ela mesma definidas. (FURTADO, 1984: 108)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realçar a ligação existente entre a produção do conhecimento e as bases materiais da sociedade, o materialismo proporciona uma visão histórica e dinâmica da construção dos modelos de pensamento. Aplicado à análise da obra de Celso Furtado, permite a compreensão do processo de formação de sua Teoria do Subdesenvolvimento ao longo do tempo. Descortina-se, assim, uma periodização delimitada por três momentos fundamentais: *elementos para uma Teoria do Subdesenvolvimento*: 1945-1964; *crítica da Teoria do Subdesenvolvimento*: 1964-1974; e *reformulação da Teoria do Subdesenvolvimento*: 1974-1989.

A partir desta estrutura fica mais fácil compreender a elaboração dos argumentos e os pontos de inflexão observados na obra. Em síntese, poderíamos afirmar que, definido o subdesenvolvimento como objeto de pesquisa, Furtado passaria a ampliar constantemente seu escopo teórico numa tentativa de alcançar a totalidade do processo histórico de subdesenvolvimento. No primeiro momento, reúne elementos da teoria do desenvolvimento e da história econômica para consolidar o método histórico-estrutural, pedra fundamental do que veio a ser chamado estruturalismo latino-americano. O ano de 1964 marcaria a primeira inflexão em seu pensamento, inserindo contribuições da antropologia para elaborar o sistema de cultura, mas fundamentalmente dialogando com a teoria política para compreender a natureza da instabilidade institucional vivenciada pela sociedade brasileira depois de seguidas décadas de desenvolvimento industrial.

No segundo momento, aprofundaria a pesquisa sobre a dinâmica de crescimento das economias subdesenvolvidas, especialmente do modelo brasileiro de desenvolvimento, e também daria maior destaque à análise da dependência. Esta revisão crítica de sua teoria por parte de outros autores latino-americanos seria de vital importância na evolução de seu pensamento, subsidiando uma nova inflexão, apontada no ano de 1974. A incorporação de formulações mais sofisticadas sobre a dinâmica econômica e a dependência seria efetivamente concretizada na terceira fase da obra, quando o autor dedica mais espaço à dimensão cultural do desenvolvimento.

Ao observar destacadamente a evolução de seu pensamento sobre a cultura, nota-se que há uma coerência interna aos argumentos e conceitos. Esta faceta de sua obra vai ganhando corpo, enriquecendo de novas determinações sua análise do subdesenvolvimento, numa nítida busca de totalização do processo histórico. Resta afirmar, contudo, que Furtado mantém-se fiel ao campo da economia política. É pelo prisma do economista político, tratando dos processos de produção, apropriação e utilização do excedente e do desenvolvimento das forças produtivas através da interação entre acumulação de capital e progresso técnico, que analisa todas as demais dimensões do subdesenvolvimento, em particular a dimensão cultural.

BIBLIOGRAFIA

- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. – 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Contraponto, (1988) 2000.
- _____. **Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano**. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001
- _____. **As contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo e sua atualidade**. In: SABOIA, J. & CARVALHO, F. (Orgs.). **Celso Furtado e o século XXI**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- BIELSCHOWSKY, R. & MUSSI, C. **O Pensamento Desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005**. Brasília: CEPAL, 2005.
- BORJA, B. **O Sentido da Tecnologia: a Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado**. Dissertação de mestrado, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- _____. **Para a Crítica da Economia do Desenvolvimento: a inserção de Celso Furtado na controvérsia internacional**. In: MALTA, M. M. (coord.), *Ecos do Desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA / Centro Celso Furtado, 2011.
- BURGUEÑO, O. & RODRÍGUEZ, O. **Desenvolvimento e Cultura**. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. & REGO, J. M. *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001
- FIORI, J. L. **O Vôo da Coruja. Para reler a crise do desenvolvimentismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, (1984) 2003.
- _____. **O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites**. In: FIORI (Org.) *O Poder Americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 31ª edição, (1959) 2003.

- _____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- _____. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- _____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, (1967) 1983.
- _____. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. **Prefácio a Nova Economia Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GOLDMAN, L. **Dialética e Cultura**. – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, (1956) 1979.
- LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na sociologia do conhecimento**. – 9ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.
- LUKÁCS, G. **Arte e Sociedade. Escritos estéticos 1932-1967**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- KONDER, L. **O que é Dialética**. – 17ª Ed. – São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MALTA, M. M. (coord.), *Ecos do Desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA / Centro Celso Furtado, 2011.
- MALTA, M. M. et alli. **A História do Pensamento Econômico Brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão**. In: MALTA, M. M. (coord.), *Ecos do Desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA / Centro Celso Furtado, 2011.
- MARX, K. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. – 2ª Ed. – São Paulo: Boitempo Editorial, (1843) 2010.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, (1844) 2004.
- _____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, (1859) 1977.
- MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, (1846) 2009.
- MEIER, G. & SEERS, D. (Orgs.). **Pioneers in Development**. Oxford University & World Bank, 1985.
- RORIGUEZ, O. **Furtado e a renovação da agenda do desenvolvimento**. In: SABOIA, J. & CARVALHO, F. (Orgs.). **Celso Furtado e o século XXI**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- _____. **O Estruturalismo Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SAMPAIO Jr., P. A. **Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo**. In: *Economia: ensaios*. Uberlândia, vol. 22, nº 2, jan/jul de 2008.